

O CAMPO ESTÁ DE LUTO: A CRISE DA AGRICULTURA NUMA CIDADE DOS PAMPAS GAÚCHOS

Carlos Abraão Moura Valpassos
Doutorando em Sociologia e Antropologia – PPGSA/IFCS/UFRJ
Pesquisador LESCE/CCH/UENF
valpassos@yahoo.com.br

“Daí o traço fundamental da nossa psicologia nacional. Isto é, pelos costumes, pelas maneiras, em suma, pela feição mais íntima do seu caráter, o brasileiro é sempre, sempre se revela, sempre se afirma um homem do campo, à maneira antiga.¹”. Francisco José de Oliveira Vianna.

Resumo:

A cidade de Restinga Sêca, localizada no sul do Brasil, tem como pilar de sua economia a produção agrícola, sobretudo a rizicultura e o cultivo de fumo. Nos anos de 2004 e 2005, a cidade atravessou uma das mais longas estiagens de sua história. O fenômeno foi classificado, pelos moradores do lugar e pelo poder público, como “seca”, o que constituiu um acontecimento considerado atípico na região sul do país. Este artigo aborda como os efeitos da seca e sua influência sobre outros problemas vivenciados pelos habitantes de Restinga Sêca colaboraram para instaurar uma situação de crise.

Palavras-Chave: Sociedade e Meio Ambiente – Seca – Agro-negócio – Restinga Sêca
- Dramas Sociais

¹ OLIVEIRA VIANNA: 1987; 36.

1 – No Caminho da Restinga

A etnografia certamente não se inicia quando o etnógrafo põe seus pés naquilo que depois será chamado “seu campo”. Decidi marcar como início da minha o momento em que eu sobrevoava o Brasil, indo do Rio de Janeiro para a cidade de Porto Alegre. O leitor pode achar curiosa esta decisão, mas espero que ela se torne clara ao longo do texto.

1.1 – Etnografia de Vôo

Cheguei ao Rio de Janeiro às 6:00hs da manhã de um dia nublado em que caía uma garoa e fazia 20° C na cidade dos cariocas que, nessa temperatura, trajavam seus casacos e se queixavam do frio. Cansado da viagem que tinha feito até ali, e sabendo que esperaria pelo menos 3 horas para embarcar no vôo para Porto Alegre, decidi descansar um pouco e acabei cochilando nas cadeiras geladas do aeroporto do Galeão. Às 10:00 hs eu estava sentado na janela do avião que me levaria até Porto Alegre.

Ao meu lado sentou-se um sujeito que, depois de algum tempo de conversa, descobri ser um economista carioca de 54 anos que viajava periodicamente a negócios para o sul. Falei da pesquisa que iria desenvolver acerca da seca e seus impactos no Rio Grande do Sul, e então ele começou a falar. Percebi rapidamente que estava diante de meu primeiro interlocutor de pesquisa e que, também, já estava cometendo meu primeiro erro: havia deixado o caderno de campo na mala. Contornei o problema com pedaços de papel, que tirei da carteira, nos quais pude registrar as impressões daquele homem sobre o fenômeno que eu me propunha a estudar.

Resumidamente, ele me disse que a seca trazia consigo uma “realidade triste”. Os fazendeiros costumavam perder 30 ou 40%, às vezes mais, de sua produção, o que os impossibilitava de honrar suas dívidas junto aos bancos. Os problemas não paravam por aí. As dívidas com os bancos podiam, em casos extremos, levar à venda, total ou parcial, das propriedades ou dos maquinários agrícolas o que, por sua vez, despertava sentimentos de aflição e tristeza entre os agricultores.

Meu interlocutor logo em seguida começou a falar sobre a água, substância que, para ele, significava fartura. É ela, a água, que fornece os alimentos ao homem. “A

seca, por sua vez, é o contrário da fartura”, ou seja, a ausência d’água, que pode ser entendida como uma escassez cujos prejuízos são inumeráveis.

O economista disse ainda que o “Governo” deveria prestar maior auxílio aos agricultores, pois “a agricultura brasileira é mais importante que as indústrias, a Volkswagen, por exemplo. Você pode ficar sem andar de carro, mas quem pode ficar sem comer? A agricultura põe comida na nossa mesa!”. Nesse sentido, “deixar o agricultor à mercê do clima era um erro”. Deveria, pois, “haver mais subsídios para a agricultura”. A seca, dentre outras coisas, trazia o desemprego e, por isso, “cabia ao governo federal auxiliar os agricultores para que estes continuassem a trabalhar”.

O avião, então, desceu em Porto Alegre e pôs fim em nossa conversa. Naquele momento não me era claro, mas a pesquisa já estava iniciada e algumas de suas principais questões já me haviam sido apontadas.

1.2 – Dias de Preparação

Em Porto Alegre fiquei hospedado, juntamente com Vítor Popinsky (que chegaria no dia seguinte), na casa de Fabrício Neves², um amigo do curso de graduação que há cerca de 1 ano morava na capital do Rio Grande do Sul.

O período como hóspede de Fabrício representou minha preparação propriamente dita para o trabalho de campo. Durante os três dias que fiquei junto ao meu velho amigo pude lavar minhas roupas (é importante mencionar que eu já estava “viajando” há 8 dias) e comprar os suprimentos para “iniciar” o empreendimento etnográfico.

Através de Fabrício fui apresentado ao Prof. DSc. Jalcione Almeida, diretor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Após saber do meu interesse de pesquisa, o Prof. Jalcione me disse que havia duas explicações para a ocorrência de estiagens no sul do Brasil. A primeira delas dizia que as estiagens eram o resultado das intervenções antrópicas, locais e

² Fabrício Neves foi meu colega de graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Norte Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro. Ele morava em Porto Alegre, pois lá cursava seu doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fato que me foi bastante favorável na medida em que ele me colocou em contato os pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da referida Universidade.

globais, no meio ambiente; a segunda defendia o ponto de vista de que as secas eram um fenômeno cíclico que ocorria, aproximadamente, a cada 30 anos naquela região.

O Prof. Jalcione me informou que a cidade de Bagé foi o caso emblemático da seca no Rio Grande do Sul, pois lá os efeitos foram de tal proporção que se chegou ao ponto de a água ser “cortada” por 18 horas por dia. Restinga Sêca, por sua vez, estava numa região atingida pela estiagem, mas cujos “danos foram menores”.

Eu, Fabrício e Vítor percorremos livrarias e sebos da região central de Porto Alegre em busca de alguma bibliografia relativa à Restinga Sêca, no meu caso, e à Antonio Prado, no caso de Vítor. Ao contrário de meu colega “de além-mar”, não tive muita sorte em minha procura. Vale ressaltar, no entanto, que meu primeiro “estranhamento” em relação ao meu local de pesquisa ocorreu numa livraria de Porto Alegre.

Enquanto decidíamos, ainda no Workshop em Fortaleza – CE, o local onde cada pesquisador desenvolveria sua etnografia, me vi diante de um mapa da região central do Rio Grande do Sul onde eu poderia, pautado nas pesquisas efetuadas nos periódicos, escolher uma cidade como meu objeto de estudo. Foi então que percebi que, para alguém cujo interesse era o estudo da seca, nada poderia ser melhor do que uma cidade chamada Restinga Sêca.

No momento de minha escolha pairou sobre mim o imperativo da categoria “restinga” tal como eu a conhecia até então. Para um morador do Estado do Rio de Janeiro, como eu, uma restinga é uma faixa de areia ou de pedra que se prende ao litoral e avança pelo mar, ou, de um modo mais amplo, um terreno arenoso e salino, próximo ao mar e coberto de uma vegetação rasteira, “típica da restinga”. Trata-se, num conceito bastante conhecido nos meios acadêmicos³, de um terreno formado pelo recuo das águas oceânicas.

O que me causava um certo estranhamento era o fato de existir uma restinga no centro do Rio Grande do Sul, ou seja, a mais de 200 km do litoral! Como poderia ter ocorrido tamanho recuo do mar? Achei melhor esperar para ver. Pensei que poderia ser uma região de visual desértico, tal como uma restinga, e que daí vinha o nome do lugar. Na verdade uma coerência para o nome não me era tão necessária, pois o que realmente importava é que eu iria estudar a estiagem do ano de 2005 num lugar que não apenas

³ LAMEGO: 1945; 1974.

tinha sofrido o fenômeno climático, mas cujo nome já trazia em si uma forte aridez: era uma Restinga e, como se não bastasse, uma Restinga “Sêca”.

A constatação de que não havia uma única acepção da palavra “restinga” ocorreu, meio que por acaso, ainda em Porto Alegre. Estava eu numa livraria, quando me deparei com um dicionário⁴ de termos e expressões gaúchas. Decidi procurar a palavra “restinga” e o significado, para minha surpresa, foi o seguinte: “pequeno córrego ou sanga com as margens recobertas de mato baixo”. A Restinga que eu esperava, portanto, não era a mesma que seria encontrada.

No meu último dia em Porto Alegre, antes de pegar o ônibus “para o campo”, fui à Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, onde consegui alguns exemplares de revistas onde eram abordados os impactos econômicos da seca naquele Estado. Depois disso, às 13:00 hs, enfim entrei no ônibus para Restinga Sêca.

A viagem durou 5 horas vivenciadas com enorme apreensão. Eu esperava que, na medida em que o ônibus se distanciasse de Porto Alegre, saindo do litoral em direção ao interior, a paisagem se tornasse cada vez mais árida, com tonalidades avermelhadas constituindo um panorama “desértico”. As pessoas com as quais eu travara contato até então me diziam sempre que a seca de 2005 não tinha acabado, que “ainda estamos vivenciando a seca!”. Era essa a idéia que eu tinha em mente, embora nada na paisagem indicasse qualquer estiagem. Durante a viagem vi os campos mais verdes de toda a minha vida. As vacas eram gordas e muito me lembravam as raças européias que, no Brasil, são sinônimo de produtividade. Enfim, a paisagem era exuberante e me fazia pensar que o fracasso da pesquisa era iminente.

Quando desci do ônibus tive que atravessar a cidade para chegar ao hotel. No caminho passei em frente à “Associação dos Arrozeiros” e de quatro estabelecimentos bancários, bem como 3 lanchonetes, 2 lojas de informática (que também eram cyber café), e 3 lojas de móveis e utilidades do lar. Como ensinou Victor Turner, quando o antropólogo não sabe nada de uma cultura, ele começa a contar e a medir... era isso que eu estava tentando fazer nos meus primeiros minutos “no campo”.

Cheguei ao hotel e, ansioso para saber se houve ou não seca na cidade, comecei a conversar com o recepcionista, Alexander, um rapaz descendente de alemães. Ele começou me dizendo que houve seca, sim, mas que o fenômeno não se apresentava ali da mesma forma que na região Nordeste do Brasil: “é diferente!”. Alexander me

⁴ OLIVEIRA: 2005.

apontou, como as principais produções locais, o arroz e o fumo, ambas bastante prejudicadas pelos períodos de estiagem.

Depois de deixar minha bagagem no hotel, saí para dar meu primeiro passeio pela cidade. Já era noite e poucas pessoas andavam pelas ruas. A temperatura girava em torno dos 9° C e chegaria, naquela madrugada, a cair até os 5 ° C, o que, para mim, representava um frio quase que insuportável. Minhas mãos ficaram azuladas e o vento que atingia meu rosto parecia uma lâmina cortante que não dava trégua. Para um europeu ou norte-americano, os 9° C podem ser uma temperatura agradável. Para alguém que sempre viveu numa cidade cuja temperatura média é de 20 a 30° C, podendo mesmo atingir os 40° C, aqueles 9° C eram um terrível castigo. Busquei abrigo numa mercearia, onde aproveitei para comprar chocolates e biscoitos.

Iniciei um breve diálogo com o São Jacy, o dono do estabelecimento, que me disse que a seca de 2005 fora muito difícil, mas que a de 2006 estava sendo pior. Perguntei se a mercearia dele havia sido afetada e ele respondeu afirmativamente. Disse-me que os “fumeiros⁵” eram os principais personagens da agricultura local, e explicou: “Quando os fumeiros caem, toda cidade cai junto”, inclusive a mercearia.

Voltei para o hotel para me proteger do frio e descansar para, no dia seguinte, conhecer efetivamente a cidade de Restinga Sêca.

2 – Restinga Sêca

Restinga Sêca foi, inicialmente, um dos distritos de Cachoeira do Sul, nos tempos em que o Brasil era ainda colônia de Portugal. À presença do luso somou-se a dos imigrantes alemães, que intensificaram o processo de colonização no sul do país e chegaram à Restinga Sêca por volta do ano de 1854. Poucos anos depois vieram os imigrantes italianos, que chegaram em 1878. Se lembrarmos que ao longo do século XIX foi comum no Brasil a presença de escravos oriundos da África, e que em Restinga Sêca não foi diferente, então podemos constituir o quadro de etnias que povoam o lugar: descendentes de portugueses, de alemães, de italianos e de africanos.

A atual localidade de São Miguel foi onde se deu o início da colonização. Entre 1892 e 1922 foi ali situada a sede do distrito. Como a estrada de ferro que ligava Porto Alegre à Uruguaiana começou a passar em Restinga Sêca em 1885, um novo

⁵ Produtores de fumo, fumageiros.

aglomerado urbano começou a surgir, sendo chamado, inicialmente, de “Caixa d’Água”, em função do reservatório que abastecia as locomotivas.

Os primeiros moradores do incipiente povoado foram o Casal Domingos Mostardeiro e Antonia Becker Mostardeiro. Quando a sede de Restinga Sêca era situada em São Miguel, ele morava no que hoje é o município de Dona Francisca, onde possuía uma casa comercial. Todas as compras de mercadorias para seu comércio eram feitas em Porto Alegre. Como ainda não havia estação ferroviária em Restinga Sêca, Domingos Mostardeiro era obrigado a descer nas localidades de Estiva, Jacuí ou Arroio de Só, e daí transportar as mercadorias, de carreta ou em lombo de burro, até Dona Francisca, o que implicava grandes esforços.

Em junho de 1898, chefiados por Domingos Mortadeiro, alguns habitantes da região viajaram até a cidade de Santa Maria, onde acertaram com os diretores da Viação Férrea a construção da Estação de Restinga Sêca. Depois disso Assim, em 1899, Domingos Mostardeiro mudou-se para Restinga Sêca, onde adquiriu terras e começou a povoação efetiva do lugar. A construção da Estação Ferroviária intensificou o povoamento do lugar e foi um dos grandes motivadores para que a sede administrativa fosse transferida para lá, no ano de 1922. Restinga Sêca, desse modo, foi crescendo e conquistando autonomia econômica, o que, em 25 de março de 1959, levou à sua emancipação⁶.



Localização de Restinga Sêca

A sede de Restinga Sêca dista cerca de 260 km de Porto Alegre, capital do Estado do Rio do Grande do Sul, e está localizada a 29º, 49’ Sul de latitude e 53º,22’ Oeste de longitude, a 49 metros de altura acima do nível do mar, numa região denominada de

⁶ Cf. Entrevista com a historiadora local Lacy Cabral, e BARCELLOS FILHO & FRANCHESCHI: 1977.

“depressão central”, em função de seus aspectos topográficos e de sua localização no centro do Rio Grande do Sul.

Foto: Carlos Valpassos

Julho de 2006



Monumento Domingos Mostardeiro na praça que leva seu nome.

Atualmente, Restinga Sêca tem uma área de 954,76 km², na qual estão distribuídas, além da sede do município, 37 localidades. Dentre estas, destacam-se as seguintes: Santuário; Três Vendas; Vila Rosa; São Miguel; Silêncio; Colônia Borges; Bom Retiro; Estiva e Jacuí. O município, em 2001, contava com uma população total de 16.400 habitantes (8.121 homens e 8.279 mulheres), sendo que 8.194 vivem na área urbana e 8.209 na rural, habitando num total de 4.828 domicílios e constituindo, assim, uma densidade populacional de 16,29 habitantes/ km².



No primeiro plano, a Estação Ferroviária que deu origem à Cidade, e ao fundo, a Caixa d'Água⁷.

A cidade possui um clima onde as quatro estações do ano são classificadas pelos habitantes locais como “bem definidas”. As temperaturas médias, durante o verão, variam de 20 a 24° C e, no inverno, ficam em torno de 12 e 14° C. Para quem, como eu, enfrentou já na primeira noite no local uma temperatura de 5° C, ficava claro que a “definição” climática do lugar não estava tão precisa como era apontado por um dos relatórios que obtive na Emater-RS, mesmo porque, dias depois, ainda em pleno inverno, presenciei temperaturas na casa dos 30°C.

O clima estava, desse modo, apresentando um “comportamento” atípico. As razões apontadas para isso eram diversas: efeito estufa; desmatamento da região; degelo das calotas polares; mal uso do lençol freático etc. As implicações das mudanças climáticas, todavia, não residiam apenas em alterações de temperatura. Independente das explicações para o fenômeno, é interessante pensar que as consequências apontadas indicavam sempre um mesmo ponto: a escassez das chuvas e os danos trazidos por ela à agricultura.

⁷ É interessante ressaltar que hoje a Estação está desativada, e há um movimento, realizado sobretudo por jovens da cidade, que visa sua transformação em um museu histórico da cidade. Essa informação merece destaque na medida em que aponta para a importância simbólica ocupada pela Estação como “lugar de memória” (Pierre Norra) privilegiado de Restinga Sêca.

O fenômeno denominado “seca”, então, começa a despontar entre os diversos temas da vida cotidiana. É nesse sentido que, a partir de periódicos locais e das narrativas que obtive no campo, pretendo apresentar a seca tal como ela se constituiu.

3 – A Escalada da Crise (The Mounting Crisis)

No ano de 2004, os ânimos andavam exaltados em Restinga Sêca. Os fumeiros da região estavam preocupados com um protocolo chamado “Convenção Quadro para o Controle do Tabaco”, um acordo internacional, instituído pela Organização Mundial de Saúde, que visa a adoção de medidas de restrição ao consumo de cigarros, bem como dos derivados do tabaco.

Entre as iniciativas da Convenção Quadro, estão a “substituição da cultura do tabaco” e a “restrição ao apoio e aos subsídios relativos à produção e à manufatura de tabaco”. Como o petume representa a principal cultura dos pequenos produtores de Restinga Sêca, fica clara a preocupação deste segmento da sociedade com relação ao referido acordo.

Acreditava-se, então, que a Convenção Quadro representava uma ameaça aos fumeiros. Tal paresta, por sua vez, punha em risco uma profissão que, apesar de sempre ser apontada como árdua e de ter suas dificuldades lembradas, constituía ali um modo de vida.

A Convenção Quadro, no entanto, não era o único problema enfrentado pelos habitantes de Restinga Sêca. O acordo internacional era uma preocupação com o futuro, e outras questões requisitavam atenção imediata. Este foi o caso da crise financeira de da Indústria de Móveis Gaudêncio.

O presidente da fábrica, Gaudêncio da Costa, mencionou publicamente⁸ que, para não fechar as portas, foi obrigado a demitir 101 funcionários em 2004. Durante meu trabalho de campo, em julho de 2006, entrevistei ex-funcionários da Indústria de Móveis Gaudêncio, e eles mencionaram que houve, no total, entre 400 e 500 demissões, o que significa que a crise atingiu, diretamente, uma importante parte da população economicamente ativa do Município. Gaudêncio da Costa, na época, explicou que:

⁸ Jornal Tribuna de Restinga – 1º a 30 de Abril de 2004.

“o nosso país em si também está com sua capacidade de compra pequena pelo salário mínimo, que ainda é baixo, pelos aumentos acentuados que houve nas tarifas de água, luz, gás, telefone etc. Tantos aumentos que tiraram o poder aquisitivo da população e quando o povo não tem dinheiro pra comprar e para pagar suas prestações, reduz o consumo e quando as lojas vendem menos, as indústrias também produzem menos⁹”.

Outras causas – como a cotação do dólar, que dificultou as exportações da empresa, e a má administração feita pelos filhos de Gaudêncio enquanto ele esteve ausente – foram apontadas para tentar explicar a crise da fábrica. Por enquanto, vale a pena sinalizar que, com exceção da má administração dos filhos de Gaudêncio, as explicações levam a um único culpado: o poder público, cujas políticas adotadas impediram o desenvolvimento da fábrica.

Os problemas, por sua vez, não paravam na fábrica de Gaudêncio. Restinga Sêca atravessava, naquele ano, uma severa estiagem. Os índices pluviométricos estavam abaixo das médias registradas em anos anteriores, e as conseqüências disso já começavam a ser previstas.

Os produtores rurais – fossem eles pequenos, médios ou grandes – já anteviam as dificuldades que seriam enfrentadas na agricultura. O problema ganhava maior ímpeto na medida em que a estiagem não atingia apenas Restinga Sêca, mas grande parte do Rio Grande do Sul, chegando mesmo até os Estados de Santa Catarina e Paraná.

Nas localidades rurais de Restinga Sêca, a água para consumo animal e humano tornou-se escassa. Para contornar a situação, a Prefeitura do Município passou a abastecer gratuitamente, com caminhão pipa, os produtores rurais que necessitavam de água. No total, no ano de 2004, a Prefeitura realizou 79 cargas completas¹⁰ e 47 meias cargas para 21 localidades, sendo Colônia Borges, Espigão e Estiva foram os locais que mais necessitaram deste auxílio (respectivamente 29 cargas completas e 14 meias cargas; 08 cargas completas e 02 meias cargas; e 06 cargas completas e 03 meias cargas)¹¹.

⁹ Idem.

¹⁰ Cada Carga Completa equivale a 9 000 litros d'água.

¹¹ Cf. Jornal Integração Regional – 31 de Dezembro de 2004 / 7 de Janeiro de 2005.

Índice de Precipitações Pluviométricas do Município de Restinga Sêca

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
1996	384	90	70	178	-	205	20	185	90	150	98	116	1586
1997	58	285	20	70	145	212	108	177	70	387	177	243	1952
1998	183	281	203	381	150	65	283	172	202	83	105	119	2227
1999	70	166	99	196	220	170	276	68	140	293	97	50	1845
2000	201	128	320	120	112	278	120	108	237	187	209	164	2184
2001	255	71	110	276	65	193	225	108	316	106	112	91	1928
2002	93	23	229	172	208	122	240	266	320	410	240	280	2603
2003	145	300	178	190	70	133	106	88	41	178	265	144	1838
2004	117	-	15	113	48	55	111	87	118	110	111	84	969
2005	42	60	8	239	60	111	78	120	240	306	27	110	1401

Mapa de Anotações do Produtor José Celestino Alves (Dados Utilizados pela Emater-RS/Restinga Sêca)

A situação tornava-se crítica. A água que então começava a faltar para o consumo humano já era insuficiente para o consumo animal e para a agricultura. As cargas d'água, nesse sentido, cumpriam o importante papel de amenizar o impacto da estiagem sobre as pessoas e sobre a pecuária. Com relação à agricultura, todavia, o cenário era ainda mais negativo.

O nível dos açudes estava baixo e a pouca intensidade pluviométrica comprometia a safra das “culturas do seco”¹², que precisam - como o milho, o feijão e a soja - receber as águas da chuva nesse período.

Os arrozeiros¹³ não estavam imunes à estiagem. Mais açudes foram construídos, mas como as chuvas não vinham, de pouco eles adiantaram. Para reduzir os danos, alguns produtores usaram a água de que dispunham para irrigar apenas partes de suas lavouras, deixando, desse modo, as áreas não irrigadas sujeitas às vontades do clima – que não indicava melhoras.

As medidas adotadas eram de cunho paliativo e visavam apenas reduzir os danos que se apresentavam como inevitáveis. A chegada do ano de 2005 não trouxe nenhum sinal de melhores e, nesse contexto, foi realizada em Porto Alegre uma reunião, promovida pela *Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul* (Fetag-RS), para discutir os impactos da seca no Estado.

¹² Culturas do Seco são aquelas que não recebem irrigação artificial.

¹³ Designação para os orizicultores.

O encontro reuniu coordenadores das regionais sindicais, representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do *Instituto de Colonização e Reforma Agrária* (Incra), de instituições bancárias e do Governo do Estado - José Sólton, presidente do Sindicato Rural de Restinga Sêca, foi o representante dos agricultores de Restinga Sêca e de todos os municípios da Quarta Colônia.

A reunião, que aconteceu no dia 10 de janeiro de 2005¹⁴, teve como resultado a definição de que os produtores que optaram em seus empréstimos por seguros do tipo Proagro e Pronaf apenas poderiam requerer seus direitos caso tivessem perdas iguais ou superiores a 30% das lavouras.

Este encontro é importante por dois motivos: 1) insere Restinga Sêca num contexto mais amplo de municípios agrícolas atingidos pela estiagem; e, 2) indica a certeza de que os prejuízos atingiriam diversos produtores em uma escala superior a 20% de suas lavouras.

Os municípios vizinhos de Restinga Sêca encontravam-se, pois, na mesma situação. No caso de Nova Palma, o mês de janeiro veio acompanhado de uma perda de 50% na safra do feijão e prejuízos também na safra do milho. Os produtores de fumo, por sua vez, tiveram mais sorte, pois as chuvas que atingiram o município na segunda semana de janeiro amenizaram a situação. Assim como Restinga Sêca, Nova Palma também enfrentou problemas com o abastecimento d'água para animais e pessoas, pois muitas fontes superficiais secaram, obrigando a prefeitura a realizar abastecimentos com caminhões pipa¹⁵.

Com o passar dos dias os problemas decorrentes da estiagem se agravavam cada vez mais. O Prefeito de Restinga Sêca, Tarcizo Bolzan, iniciou um levantamento de informações junto aos representantes dos produtores rurais, a fim de constatar os efetivos prejuízos trazidos pela estiagem. O Prefeito, ainda mobilizado em atender os pedidos de abastecimento de água, vindos do interior, começou, então, a cogitar a hipótese de decretar situação de emergência no município.

A região estava, definitivamente, em crise. Os municípios de Restinga Sêca, Ivorá, Faxinal do Soturno, Nova Palma, Dona Francisca, Silveira Martins, Três Vendas, Agudo, Formigueiro e São João do Polêsine calculavam os prejuízos e alguns

¹⁴ Ver Jornal Integração Regional – 14 a 21 de janeiro de 2005.

¹⁵ Ver Jornal Integração Regional – 21 a 28 de janeiro de 2005.

chegavam mesmo a anunciar a possibilidade de racionamento d'água para consumo doméstico.

Na primeira semana de fevereiro, uma garoa contribuiu para amenizar a situação, principalmente dos fumeiros de Restinga Sêca. A chuva garantiu alguma umidade para as folhas de tabaco, mas a qualidade e o volume do produto já eram tidos como inferiores à da safra anterior, quando os índices pluviométricos foram considerados normais¹⁶.

O nível dos principais rios da região estava baixo. Por isso, as Prefeituras dos municípios da região iniciaram uma campanha pelo melhor aproveitamento das águas do Rio Soturno. A idéia principal era a de que alguns produtores, com lavouras às margens deste rio, deixassem de irrigar suas plantações por 4 ou 5 dias, para que as águas atingissem o rio Jacuí, beneficiando, desse modo, os arrozeiros que dependem deste último flume.

Em 09 fevereiro de 2005, o município de Nova Palma decretou situação de emergência. Faltava água para consumo de animais e pessoas. A prefeitura calculava que 20 famílias estavam sem água, 80 tendo que buscar água para suprir as necessidades de seus animais e 120 vivendo um racionamento drástico. As perdas na agricultura, por sua vez, foram grandes: 50% na produção da soja, 80% no milho, 45% no feijão normal, 100% no feijão safrinha e 30% na cultura do fumo¹⁷.

As prefeituras dos municípios de Restinga Sêca, Faxinal do Soturno, Ivorá e Silveira Martins já indicavam possíveis decretos de situação de emergência.

Em Restinga Sêca, o presidente da Associação dos Arrozeiros, Flávio Giuliani, apontava três tipos de orizicultores no município: os que plantam nas margens do rio Jacuí, e que por isso não foram atingidos pela estiagem; os que plantam fazendo uso de barragens, que foram razoavelmente prejudicados; e os produtores das margens do rio Vacacaí Mirim, que perderam praticamente toda a safra, em função do baixo fluxo do rio¹⁸. Os prejuízos para o setor eram, portanto, altos.

Concomitantemente aos problemas dos arrozeiros corriam as dificuldades enfrentadas por famílias de produtores do interior de Restinga Sêca, às quais já faltava

¹⁶ Ver Jornal Integração Regional – 11 a 18 de fevereiro de 2005.

¹⁷ Ver Jornal Integração Regional – 25 de fevereiro a 04 de março de 2005.

¹⁸ Cf. Entrevista concedida ao etnógrafo em 18-07-2006. Ver, também, Jornal Integração Regional – 25 de fevereiro a 04 de março de 2005.

água para o próprio consumo. Desse modo, os pedidos de abastecimento d'água feitos à Prefeitura intensificaram-se em fevereiro, o que obrigou a Secretaria de Obras do Município a adquirir um tanque para atender às crescentes demandas.

No início do mês de março, o rio Vacacaí Mirim teve seu leito tomado pela vegetação, fenômeno que veio acompanhado dos anúncios municipais de situação de emergência.

Os prejuízos estimados estavam em torno de R\$ 2,5 milhões só no município de Faxinal do Soturno, cujas investigações da Emater apontaram perdas nas lavouras de 50% da soja, 20% do feijão, 60% do milho, 15% do fumo, bem como 30% da produção de leite. Os danos da estiagem atingiram também, mas em menor grau, os produtores de arroz irrigado, que perderam 10% de sua produção. Desse modo, ainda na primeira semana do mês de março, Faxinal do Soturno decretou situação de emergência.

Não foi muito diferente no município de Ivorá, onde os levantamentos da Emater indicavam perdas de 45% na soja, 30% no feijão, 50% no milho e 20% no fumo, prejuízos que, somados à necessidade de localidades do interior do município de abastecimento d'água para pessoas e animais, resultaram no decreto de situação de emergência¹⁹.

Em 1º de março, aconteceu em Restinga Sêca uma importante reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário (Condagro), onde se encontraram produtores e representantes do setor agrícola (Associação dos Arrozeiros, Emater, Secretaria de Agricultura, Sindicato dos Produtores Rurais e Sindicato dos Trabalhadores Rurais) para discutir os efeitos da estiagem no município. Os levantamentos sobre as perdas no campo, realizados pela Emater, foram apresentados ao prefeito Tarcizo Bolzan que, diante dos dados, assinou o documento que decretava situação de emergência em Restinga Sêca.

Desse modo,

“Considerando que o levantamento da EMATER e da Secretaria de Agricultura do Município informam grandes perdas ocorridas na produção primária, com reais e irreversíveis prejuízos à comunidade, tendo perdas de 55% na safra de soja; na safra de arroz perdas de 35,5%; na produção de milho-safra houve quebra de 52,5%; o milho-safrinha obteve quebra de 60%; a bacia leiteira teve perdas de 30%; e

¹⁹ Ver Jornal Integração Regional –04 a 11 de março de 2005.

15% de quebra na safra de fumo; (...) Art. 1º - Fica declarada a existência de situação anormal provocada por **estiagem** caracterizada como **Situação de Emergência em toda área rural** do Município de Restinga Sêca²⁰.

A assinatura do documento constitui um importante momento do *drama social*²¹ vivenciado não apenas pelos agricultores, mas pela população de Restinga Sêca como um todo. Embora a situação de emergência estivesse direcionada à área rural do município, é importante lembrar que os núcleos rural e urbano possuem, nesse caso, uma forte interdependência que ultrapassa os aspectos meramente econômicos e que atinge, em seu epicentro, os fatores constituintes da identidade social local.

Os prejuízos que atingiam o campo refletiam diretamente num núcleo urbano já abalado pela demissão dos funcionários da Fábrica de Móveis Gaudêncio, elaborando, desse modo, um quadro pouco promissor para aquela cidade. Lojas de móveis, de informática, lanchonetes, restaurantes, bares e mercados sentiam, diretamente, os efeitos oriundos da crise no campo. Em termos financeiros, como apontam os dados do relatório da Emater que corroboraram o decreto de situação de emergência, as perdas atingiram um montante mais do que significativo.

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PERDAS							
Cultura	Área Total Plantada (ha)	Área Total Atingida (ha)	Perda %	Expectativa Inicial de Produção (kg/ha – litros/d)	Expectativa Atual de Produção (kg/ha – litros/d)	Colheita %	Prejuízo Financeiro R\$
Milho	1200	1200	55	2540	1143	45	530.860,00
Soja	13000	13000	55	2400	1080	45	8.008.000,00
Arroz	16850	16850	33,5	6000	3390	66,5	16.934.250,00
Fumo	710	710	15	2859	2430	85	1.218.000,00
Leite	350	350	30	10 L/v/d	07 L/v/d	70	47.250,00

Fonte: Decreto Nº 21/2005: Prefeitura Municipal de Restinga Sêca.

Dias antes do Decreto, num outro município do Rio Grande do Sul, acontecia um importante evento ritual: a 15º Abertura da Colheita do Arroz, realizada em Dom Pedrito no dia 27 de fevereiro. As personalidades presentes no evento podem dar uma

²⁰ Decreto Nº 21/2005: Prefeitura Municipal de Restinga Sêca.

²¹ Conceito elaborado por Victor Turner, antropólogo que pertenceu ao que se convencionou chamar de Escola de Manchester. O conceito de “drama social” foi apresentado pela primeira vez em sua tese de doutoramento, intitulada *Schism and Continuity in an African Society. A Study of Ndembu Village Life*. [1957] (1996).

dimensão da importância do Rio Grande do Sul na agricultura e, sobretudo, na rizicultura brasileira. Prestigiaram a comemoração o vice-presidente da República, José Alencar, o presidente da Câmara Federal, Severino Cavalcanti, e o Governador do Estado, Germano Rigotto. Esses destacados personagens da política nacional, abordo de uma colheitadeira 1650 CTS da John Deere, colheram uma área simbólica, inaugurando, desse modo, a colheita de 2005.

Este evento, ao mesmo tempo em que permite pensar sobre uma possível afirmação da identidade local - representada na figura do agricultor gaúcho e, mais especificamente, do arroteiro - abre espaço para outras questões, pois no momento ritual, aquilo que mais profundamente rege o comportamento do grupo, seus valores e suas crenças, bem como seus conflitos e problemas, é exaltado, explicitado e, para a sorte dos antropólogos, revelado.

Durante as festividades, o Governador Germano Rigotto anunciou a redução do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 12% para 7%. Atendendo às reivindicações de produtores e industriais, a base de cálculo do imposto foi reduzida de 60% para 40%. Durante o evento ainda foram discutidos temas como o uso do prognóstico climático para reduzir os riscos da plantação, a inserção no mercado internacional e a redução nos custos de mecanização²².

Os temas discutidos durante a 15ª Colheita do Arroz versam sobre dois pontos que, no final das contas, se confundem: os riscos impostos pelo clima aos produtores agrícolas e os custos de produção. Nesse sentido, a redução do ICMS era uma medida bem-vinda, mas não a solução de todos os problemas. Tudo isso, no entanto, era apenas a ponta do iceberg, pois a grande preocupação girava em torno da queda do preço da saca²³ do arroz., que começara a se insinuar em 2004, mas que ganharia o status de um problema público no decorrer do ano 2005.

²² Ver Jornal Integração Regional - 04 a 11 de março de 2005.

²³ Uma saca corresponde a 50kg.

Preço Médio de Compra do Arroz (R\$) - Fonte: Cooperativa Triticola Sepeense Ltda.

Mês\Ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Média
Jan	11,74	12,44	13,50	15,56	12,22	13,23	15,52	24,37	31,50	20,44	17,05
Fev	10,24	11,18	13,33	17,04	11,20	12,60	14,30	23,66	30,93	21,50	16,59
Mar	9,91	10,97	12,82	14,33	11,00	11,48	13,23	22,70	28,04	21,58	15,60
Abr	9,83	10,90	12,73	13,60	10,78	11,00	13,52	26,41	29,39	19,70	15,78
Mai	10,34	11,00	15,77	12,89	10,28	11,80	14,06	30,01	28,37	17,40	16,19
Jun	10,03	11,00	15,66	11,87	10,77	13,51	15,42	29,16	27,01	17,00	16,14
Jul	9,83	11,00	15,30	12,00	10,20	13,04	15,70	29,09	25,85	17,20	15,92
Ago	10,19	11,46	15,84	11,60	10,27	13,35	17,20	29,98	26,24	15,50	16,16
Set	11,10	13,16	17,24	12,06	10,20	15,70	19,21	28,95	25,58	13,99	16,71
Out	11,60	14,00	16,98	13,05	10,20	16,82	22,27	28,62	23,87	13,87	17,12
Nov	11,71	14,00	16,00	13,03	10,23	16,30	24,00	31,86	22,52	16,68	17,63
Dez	12,45	13,64	15,62	12,04	11,39	16,20	23,93	32,33	20,87	17,81	17,62
Média	10,74	12,06	15,06	13,25	10,72	13,75	17,36	28,09	26,68	17,72	16,54

Para explicar o fenômeno, o Engenheiro Agrônomo da Cotrisel²⁴, Marcelo Tomazi, disse o seguinte:

“Naquele tempo (ano de 2001), os produtores de arroz estavam enfrentando um período difícil, com preços pagos ao produtor ao redor de R\$ 14,70 pela saca de arroz. Os produtores já tinham enfrentado dois anos anteriores de igual dificuldade (safras de 1999 e 2000). A crise se estendeu até o ano de 2002. Portanto, foram 4 anos de muita dificuldade (1999 à 2002). Nos anos de 2003 e 2004, o arroz alcançou preços elevados, o que possibilitou ao produtor um bom lucro na sua atividade, recuperando-se daqueles anos difíceis. Cabe ressaltar que o arroz atingiu esses preços bons nesses dois anos porque em 2003 os produtores não conseguiram obter uma boa produtividade e a safra foi frustrada²⁵”.

²⁴ Cooperativa Triticola Sepeense Ltda, que recebe a maior parte da produção de arroz de Restinga Sêca.

²⁵ Entrevista concedida no dia 19-07-2006.

Nesse contexto, o que se observa é a estiagem surgindo como uma das variáveis que compõem o quadro de crise no Município de Restinga Sêca. Ao mesmo tempo em que é percebida como mais um problema a ser enfrentado, ela age diretamente sobre as outras dificuldades enfrentadas. A estiagem, as demissões na Fábrica de Móveis Gaudêncio e baixa do preço do arroz, nesse sentido, são variáveis que se somam na elaboração de uma situação adversa.

As dificuldades enfrentadas pelo campo têm seu impacto direto na cidade e, como esta também atravessa um período desfavorável, ela não encontra um ponto de apoio que venha da produção rural.

O sr. Áureo Streck²⁶, funcionário da Possobom (Empresa de Implementos Agrícolas), relatou que, em 2004, as vendas da empresa ficaram em torno de R\$ 6 milhões, ao passo que, em 2005, atingiram apenas os R\$ 1,3 milhões. Sua explicação para esta redução das vendas era que, em 2005, os produtores concentraram seus esforços no plantio do arroz, gerando, desse modo, um excedente na produção, o que levou à desvalorização do preço de mercado do produto.

A explicação de Áureo Streck foi corroborada por outras pessoas e faz sentido na medida em que lembramos da narrativa do Presidente da Federação dos Arrozeiros, Flávio Giuliani, onde este explica que os produtores das margens dos rios Vacacaí e Jacuí sofreram menos com a estiagem em função da “força” desses cursos d’água. Desse modo, a estiagem aparece como uma variável importante, pois a opção pela cultura do arroz irrigado é a busca por uma proteção contra as intempéries climáticas.

A geração de uma super-produção, no entanto, não era o único fator que influenciava as queixas sobre o preço do arroz. As reclamações dos produtores giravam em torno da importação que o Governo Brasileiro fazia de arroz Argentino e Uruguaio, o que gerava um excedente de arroz no Brasil. Além disso, o arroz importado vinha com um preço baixo, pois os custos de produção e as taxações recebidas nos países de origem eram menores que os nacionais. Tudo isso impulsionava para baixo o preço do cereal e, como se não bastasse, o aumento dos custos de produção do arroz brasileiro faziam com que a margem de lucro do produtor fosse cada vez mais reduzida.

²⁶ Entrevista concedida no dia 12-07-2006.

Evolução do Recebimento de Arroz e de Soja na Cotrisel entre 1991 e 2006

Recebimento em Sacas			
Ano	Arroz	Soja	Total
1991	177.496	43.363	220.859
1992	230.002	51.839	281.841
1993	350.044	69.712	419.756
1994	285.114	63.862	348.976
1995	346.833	63.588	410.421
1996	341.111	33.718	374.829
1997	348.179	52.198	400.377
1998	199.238	72.305	271.543
1999	298.620	71.691	370.311
2000	292.957	47.795	340.752
2001	281.865	75.736	357.601
2002	375.369	111.853	487.222
2003	252.903	163.756	416.659
2004	362.752	170.262	533.014
2005	379.560	164.777	544.337
2006	501.372	243.345	744.717

Fonte: Cotrisel – Unidade de Restinga Sêca - RS

“No ano de 2001, o óleo diesel, insumo indispensável na produção de arroz, custava R\$ 0,81 por litro contra os R\$ 1,93 atuais. O salário mínimo, que interfere na mão-de-obra da lavoura, em 2001 era de R\$ 180,00 e hoje está em R\$ 350,00. O dólar naquele tempo estava [cotado] em R\$ 2,51 e hoje está em R\$ 2,14. O adubo mais utilizado na cultura do arroz irrigado em 2001 (fórmula 05-20-20), custava R\$ 27,00 por saco e na última safra ele esteve cotado em R\$ 32,00. A adubação de cobertura (uréia) custava, na época, o valor de R\$ 32,00 por saco e na última safra os produtores pagaram mais de R\$ 45,00 por saco. **Portanto, eu quero dizer que a situação atual é a mais grave da história da agricultura do município de Restinga Sêca**, assim como nas demais regiões do Estado”.

Durante esse período de trabalho na Cotrisel, percebi que o produtor rural de arroz, cada vez mais, foi se aperfeiçoando e, por conseguinte, a produtividade da lavoura foi aumentando. (...) As novas tecnologias (IRGA e BASF) que possibilitaram o controle do arroz vermelho contribuíram enormemente para o aumento da produtividade da lavoura arroseira em nosso município²⁷.”

De forma semelhante ao que aconteceu no caso da crise na Fábrica de Móveis Gaudêncio, mais uma vez as críticas foram direcionadas às políticas adotadas pelo

²⁷ Entrevista concedida pelo Engenheiro Agrônomo da Cotrisel, Marcelo Tomazi, no dia 19-07-2006.

Governo Federal. Nesse sentido, é válido apresentar mais um trecho da entrevista com o engenheiro Marcelo Tomazi:

“Infelizmente nossos governantes estão preocupados com outros problemas no momento, não dando a devida importância que o setor merece. [O Governo] não implementa políticas de garantia de preços mínimos do produto, taxa o setor produtivo com os mais altos impostos, não evita a entrada de mais de 1 milhão de toneladas de arroz de outros países do Mercosul (um absurdo, visto que desde 2004 conseguimos a auto-suficiência na produção de arroz), deixa que o óleo diesel chegue próximo do valor de R\$ 2,00 por litro (outro absurdo, visto que existem campanhas maciças na televisão dizendo que em 2006 o Brasil tornou-se auto-suficiente em petróleo), empresta dinheiro através do crédito rural a juros incompatíveis com a atual situação vivida pela agricultura. Auto-suficiência em petróleo pra que? Para nós pagarmos este preço pelo combustível!?”

Quem assistiu o Jornal Nacional da Rede Globo, no dia 18/05/2006, pode ver como está a situação da agricultura em todo o país. O programa mostrou que, só no mês de abril de 2006, o Governo Federal arrecadou mais de R\$ 35 bilhões em impostos. Foi o recorde de todos os tempos em arrecadação de impostos. Como um país pode crescer, gerar emprego e renda para a população, dessa forma?

Em depoimentos dramáticos, alguns produtores diziam: **‘sempre tirei do campo o sustento da minha família e a educação para os meus filhos, agora estou muito preocupado porque o futuro é de incertezas’.** Esta frase diz tudo.

Num país aonde a violência vem aumentando absurdamente e a insegurança está na nossa frente! Estamos vivendo, sim, um período muito difícil tanto na agricultura como nos outros setores da sociedade, com alto índice de desemprego. Um país onde um cidadão rouba uma galinha para saciar sua fome e vai para a cadeia e um político rouba milhões do povo e nem sequer perde o cargo que ocupa. É uma vergonha!”.

As palavras do Engenheiro são um espelho das opiniões dos agricultores com os quais tive contato. Além disso, abordam, e através do mesmo viés, justamente os mesmos assuntos que me foram apresentados pelo Economista que sentou ao meu lado no voo para Porto Alegre. Isso indica, por sua vez, que foi engendrado um senso

comum que transcende os atores diretamente envolvidos na agricultura, e alcança aqueles que vivem outras realidades, como é o caso do meu companheiro de vôo, dos comerciantes e lojistas de Restinga Sêca etc.

Dessa forma, as melhoras registradas nos índices pluviométricos ao longo de 2005 não foram suficientes para normalizar a situação. Os efeitos da estiagem, somados aos outros problemas aqui apresentados, compuseram um quadro dramático que se estendeu por vários meses, chegando mesmo a alcançar o mês de julho de 2006, período em que realizei meu trabalho de campo, e com promessas de perdurar por um tempo indefinido.

Os problemas enfrentados entre 2004 e 2005 não representavam, em 2006, infortúnios do passado, mas, sim, uma realidade ainda vivenciada. Falava-se mesmo que a seca ainda não tinha acabado, pois o nível dos açudes ainda não tinha voltado aos padrões considerados normais.

Foto: Carlos Valpassos

Julho de 2006



Pastagem para o gado. Ao fundo, um açude abaixo do nível considerado normal.

O efeito da estiagem e os prejuízos decorrentes da queda do preço do arroz ainda eram temas de intensa discussão e preocupação entre os agricultores de Restinga Sêca. As dívidas com os bancos ainda não tinham sido quitadas, o preço do arroz ainda não tinha apresentado melhoras e as condições climáticas insinuavam a possibilidade de uma repetição dos acontecimentos de 2004.

O arrozeiro Márcio Possebom²⁸ argumentava que a “frustração da safra” tinha impacto direto no comércio, pois “a agricultura alavanca o comércio”, e também na arrecadação do Município. Segundo este produtor, cuja opinião era corroborada por vários outros, o problema do preço do arroz era gravíssimo. O custo de uma saca de arroz estava calculado em R\$ 28,00, e o valor de venda, em 2006, chegou a ser de R\$ 13,00, o que implicava não apenas em redução de lucros, mas em algo muito pior: prejuízos no cultivo do cereal. O óleo diesel, na opinião do agricultor, aparecia como “o vilão da lavoura”, pois 10 litros do combustível custavam mais que 1 saca de arroz e o consumo, com tratores e colheitadeiras, pode ultrapassar os 100 litros diários, o que implica num alto custo de produção. No final das contas, “os custos aumentam e a renda final é menor. A gente não tem entusiasmo de plantar!”.

O Prefeito Tarcizo Bolzan²⁹, por sua vez, disse o seguinte:

“Tem chovido garoas, o que ameniza a pastagem, mas para a irrigação não é suficiente. O que tem nos salvado é o rio Jacuí, por conta da barragem. Já estamos há um ano e meio na Prefeitura, e passamos esse tempo praticamente entregando água para famílias do interior com caminhão pipa. Construímos cisternas e abrimos mais de 300 açudes. Agora estamos com o projeto de transpor água do rio Jacuí para o Vacacaí-Mirim. Essa situação é coisa que só se ouvia falar no nordeste [do Brasil]!”.

Se o rio Jacuí e as chuvas, embora ainda fracas em 2006, ajudavam a amenizar os efeitos da estiagem, o baixo preço do arroz colaborava para que a crise fosse ainda mais agravada. Nesse ínterim, uma série de manifestações públicas começa a se desenhar.

4 – As Manifestações

Em abril de 2005, em Restinga Sêca, os arroseiros decidiram, em assembléia, participar do trancamento da fronteira com o Uruguai, na cidade de Aceguá, para impedir a entrada do arroz importado no Brasil³⁰. Flávio Giuliani, nesse contexto,

²⁸ Entrevista concedida no dia 12-07-2006.

²⁹ Entrevista concedida no dia 16-07-2006.

³⁰ Ver Jornal Integração Regional – 22 a 29 de abril de 2005.

recomendava que os produtores não vendessem a saca do arroz por um preço inferior a R\$ 30,00, pois isso seria uma maneira de pressionar uma elevação do produto.

Os arrozeiros de Restinga Sêca tinham como reivindicações a elevação do preço do arroz, a garantia, por parte do Governo Federal, de compra de sua produção e a suspensão de importações do cereal estrangeiro. No evento estiveram presentes, também, orizicultores dos municípios de Dom Pedrito, Bagé, São Gabriel, Rosário do Sul, São Sepé e Livramento, o que indica que a desvalorização do arroz atingia não apenas Restinga Sêca, mas o próprio Estado do Rio Grande do Sul como um todo.

Especulava-se, então, que o arroz que entrava no Brasil através do Uruguai tinha uma outra origem: os países asiáticos. Diziam os arrozeiros brasileiros que a produção uruguaia não era suficiente para tamanha importação e que, na verdade, os uruguaios estavam importando arroz asiático, por um baixo custo, e revendendo ao Brasil sem sofrer taxaço, em virtude dos acordos econômicos do Mercosul. Acrescentavam, ainda, que, como não havia balanças para pesar as cargas, os caminhões uruguaios entravam no Brasil carregando 3 ou 4 vezes mais arroz do que aquilo que declaravam nas notas fiscais.

As críticas, mais uma vez, dirigiam-se ao Governo Federal, do qual se esperava alguma atitude. Na opinião dos arrozeiros, era necessária a suspensão de importação de arroz dos países do Mercosul ou então a taxaço do produto, pois o Governo Brasileiro pouco fazia para reduzir os encargos tributários de seus produtores, o que tornava a disputa no mercado desleal.

O trancamento da fronteira, mais do que um meio de impedir a entrada de caminhões carregados de arroz uruguaio no Brasil, era uma forma de chamar atenção do poder público para a situação vivida pelos orizicultores da região sul do país. O evento surge, desse modo, como uma manifestação ritual onde os “participantes não apenas fazem coisas, mas tentam *mostrar a outros aquilo que fazem ou fizeram*; as ações tomam então um aspecto de performances-para-uma-audiência³¹”. A audiência, por sua vez, eram os ocupantes de cargos públicos com poder para realizar políticas que trouxessem benefícios para os agricultores brasileiros.

Os trancamentos de fronteira se repetiriam por todo o ano de 2005 e também em 2006. Nesse sentido, menos de 15 dias após a primeira participação neste tipo de evento, os arrozeiros de Restinga Sêca anunciavam num dos jornais locais que

³¹ Richard Schechner *apud* TURNER: 1988; 74.

novamente iriam manifestar-se na fronteira com o Uruguai. Em entrevista concedida à imprensa local, um arroteiro diz o seguinte:

“Temos que ir à luta, para que o Governo veja o sacrificio que o arroteiro está passando. Não somos desocupados para fazer um manifesto desses, mas infelizmente a coisa tem que ir para este lado, pois há movimentos que não tem nada a ver, mas recebem apoio, e nós, que produzimos alimentos, somos ignorados³²”.

A frase é deveras elucidativa. Ela aponta para o aspecto performático das manifestações, no sentido de estabelecer, através delas, comunicação com uma entidade que, de outro modo, estaria inacessível - o poder público -, para assim expor os problemas vivenciados pelos rizicultores da região sul.

Além disso, a sentença possui um significado implícito, mas não obscuro. Quando o arroteiro diz que “não somos desocupados”, mas precisamos realizar estas manifestações porque outros grupos sociais “que não tem nada a ver” recebem apoio, enquanto “nós, que produzimos alimentos, somos ignorados”, na verdade ele está explicitando mais uma queixa com relação ao Governo Federal.

Torna-se mais simples compreender a questão quando lembramos o depoimento feito por um outro arroteiro ao etnógrafo: “Nós não somos os sem-terra. Não queremos badernar, queremos produzir!³³”. Desse modo, fica claro que o arroteiro mencionado anteriormente está dirigindo sua crítica ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), considerado por ele algo que “não tem nada a ver”. A essa altura o leitor já pode estar se perguntando como posso ter entendido essa frase como uma crítica ao Governo Federal. Devo, então, esclarecer a questão.

Entre os produtores com os quais convivi em Restinga Sêca, e podemos falar que também entre os médios e grandes produtores do Estado do Rio Grande do Sul, há uma percepção negativa do MST: um grupo composto por pessoas que não possuem uma autêntica relação com a agricultura, mas que reivindicam terras através de ocupações de propriedades particulares e de manifestações “baderneiras” que assim obtém aquilo que desejam.

³² Jornal Integração Regional – 13 a 20 de maio de 2005.

³³ Entrevista concedida no dia 12-07-2006.

Luiz Inácio Lula da Silva, o atual presidente do Brasil, ao longo dos anos da década de 1980 foi um ativo militante na defesa do MST. Como Presidente da República, chegou mesmo a vestir o boné do movimento, indicando assim sua simpatia para com os “sem-terra³⁴”. Desse modo, os agricultores de Restinga Sêca indicavam que o Presidente apoiava o MST e se esforçava para atender suas reivindicações, deixando de lado os verdadeiros produtores, que ficavam expostos a um sem fim de tributações sem obter as contribuições, merecidas por direito, que esperavam receber do poder público.

Em maio de 2005 foi realizado, pela Federação da Associação dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz), um grande protesto, com cerca de 2000 produtores, na cidade de Santana do Livramento, na divisa com o Uruguai. Na ocasião os produtores discutiram as reivindicações que encaminhariam aos Governos Estadual e Federal. Cerca de 70 agricultores de Restinga Sêca contaram com o apoio da Associação do Comércio e da Indústria (ACI), da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) e da Associação dos Arrozeiros do Município para participar do evento. O apoio dessas instituições, por sua vez, indica que outros setores, além daqueles diretamente ligados à agricultura, já estavam sofrendo as conseqüências da crise no campo e se posicionando na tentativa de reverter o quadro.

As manifestações se ampliavam e ganhavam cada vez mais repercussão. Em 31 de maio de 2005, então, foi comemorado o Dia Nacional de Mobilização da Agricultura, ocasião em que foi realizado um grande protesto em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul³⁵.

Tratores e caminhões ocuparam as ruas da principal cidade gaúcha, num dia em que milhares de agricultores, inclusive um grupo de Restinga Sêca, protestaram contra as políticas agrícolas do Governo Federal e reivindicaram a taxaço do arroz importado em 50% de seu valor, a garantia de comercialização de sua safra e reajuste do preço do cereal.

³⁴ Denominação dada aos integrantes do MST.

³⁵ Ver Jornal Integração Regional – 03 a 10 de junho de 2005.



Manifestação em Porto Alegre – RS no Dia Nacional da Mobilização da Agricultura

Em 09 de junho de 2005, foi a vez da estrada RS 287, que corta o município de Restinga Sêca, ser tomada por manifestantes. Centenas de tratores ocuparam a estrada e um palco foi armado para que os prefeitos e presidentes de sindicatos e associações pudessem discursar. Flávio Giuliani, que foi o organizador do evento, quando falou ao público, mencionou os impostos cobrados, as falhas administrativas e os escândalos de corrupção do Governo Federal, assim como as dívidas dos agricultores com os bancos, dizendo, por fim, que era por esses motivos que os produtores estavam ali se manifestando.



Manifestação dos Produtores Rurais na estrada RS 287 em Restinga Sêca

Se pensarmos que este tipo de evento constitui um momento em que, parafraseando Clifford Geertz, os agricultores falam deles mesmos para eles mesmos, e também transmitem uma mensagem de insatisfação aos dirigentes do país, então estas manifestações ganham um colorido em sua interpretação.

Caso buscassem apenas o ato pragmático de bloquear a estrada, bastaria que os agricultores ficassem parados eles mesmos interrompendo o trânsito dos veículos. Poderiam, talvez, queimar alguns pneus, o que também resultaria na suspensão do tráfego. Aconteceu, no entanto, que eles optaram por algo muito mais trabalhoso: levaram para a estrada centenas de tratores, o que gerou não apenas uma significativa perda de tempo, mas também gastos de combustível e deterioração das peças do maquinário. Esse gesto, por sua vez, possui uma explicação que transcende o aspecto prático da ação.

Ao levar seus tratores para a estrada, e com eles compor um verdadeiro reide de protesto, os agricultores estavam afirmando, simbolicamente, sua identidade de homens do campo. Não eram “sem-terra”, nem “sem-teto”, tampouco sindicalistas. Eram agricultores, cujas vidas giravam em torno do cultivo de suas terras, mas que, naquele momento, se viam obrigados a manifestar-se pela preservação de algo que, mais que uma forma de trabalho, representava seu modo de vida.

5 – O Campo Está de Luto!

Restinga Sêca é uma cidade agrícola. Essas palavras, todavia, não dão conta das implicações semânticas da sentença. Para melhor entender o que significa, sociologicamente, ser uma cidade agrícola, é necessário experimentar, de algum modo, um lugar dessa natureza. Nesse sentido, convido o leitor a um breve passeio pelas ruas restinguenses, para assim apresentar meu raciocínio.

Imagine-se sendo deixado na entrada da cidade. Não há muito o que fazer, além de observar a paisagem e adentrar o núcleo urbano. Assim, você caminha pela avenida que chega ao lugar e, em pouco tempo, depara-se com algo que à distância parece uma locomotiva. Ao aproximar-se, você pode notar que se trata, na verdade, de um monumento e que a máquina não é uma locomotiva, mas sim um dispositivo mecânico que era usado em tempos remotos para levar a água dos rios às lavouras, para irrigá-las, portanto.

Menos de 50 metros à frente, um outro monumento se apresenta. Diante de ti está, então, um trator, mas não um trator qualquer. Trata-se de um dos primeiros exemplares que trabalharam nos campos de Restinga Sêca, uma máquina própria para as lavouras de arroz.

Foto: Carlos Valpassos

Julho de 2006



Monumento na Entrada da Cidade

Foto: Carlos Valpassos

Julho de 2006



Mc Cormick-Deering – International – Rice Field Special

Os monumentos são, nesse caso, símbolos que transmitem mensagens não apenas a um eventual visitante, mas também aos próprios habitantes locais que, através desses recursos da inteligência sociológica local, são lembrados da importância da agricultura, com destaque para a rizicultura, para a cidade. Mais que isso, os monumentos indicam a profundidade temporal da prática agrícola em Restinga Sêca e sua primordial contribuição para o município desde de a chegada dos primeiros colonizadores.

E por falar em colonizadores, vale mencionar que todos os grupos étnicos que ajudaram a “construir” Restinga Sêca – portugueses, alemães, italianos e africanos – foram para lá atraídos a fim de trabalhar na agricultura. Percebe-se, portanto, a forte presença de *modus vivendi* camponês ao longo de toda a história local.

Restinga Sêca, todavia, não é um lugar exclusivamente agrícola. Na cidade se desenvolveram indústrias – de móveis e de insumos agrícolas – que tiveram, e ainda tem, um relevante papel.

Assim, se o leitor continuasse sua caminhada, talvez avistasse a sede da Prefeitura Municipal de Restinga Sêca e, se observasse o prédio, não demoraria a perceber que, ao lado de sua porta de entrada, está pintado o Brasão da cidade.

Fonte: Prefeitura Municipal de Restinga Sêca



Brasão Representativo do Município de Restinga Sêca

Nesse momento, se o leitor, após ser apresentado aos significados expostos no Brasão, encerrar sua viagem, certamente ele já terá uma idéia, embora incompleta, da identidade social das pessoas que vivem em Restinga Sêca. Digo isso porque, após 15 dias de trabalho de campo, comecei a indagar meus interlocutores sobre os símbolos do Brasão, obtendo respostas por demais esclarecedoras. Enfim, tive acesso a uma cópia da Lei nº 06/77 de Restinga Sêca, na qual era instituído o Brasão do Município.

A coroa com cinco torres indica que Restinga Sêca é um Município. No escudo, as flechas cruzadas são uma referência aos índios, enquanto a cruz remete aos portugueses. Assim, sob um fundo azul que significa “paz social”, são lembrados os primeiros ocupantes da região, que, segundo a história local, desistiram da guerra e optaram pela convivência pacífica no lugar.

As ondulações prateadas, por sua vez, são referências aos dois principais rios do lugar: o Jacuí e o Vacacaí. No campo superior central é apresentado um solo verde, cor que indica a fertilidade, e nele a silhueta de um arado rústico, simbolizando a agricultura.

A pecuária é lembrada através de uma cabeça bovina, no campo central inferior, onde também aparece um capacete prateado de Mercúrio, representando o comércio, e, sob ele, uma engrenagem, simbolizando a indústria.

Em ambos os lados do escudo surgem, dourados, os principais produtos agrícolas do Município – o arroz e a soja –, indicando, desse modo, a riqueza do lugar³⁶.

Se o brasão de uma cidade diz algo sobre seus habitantes, assim como acredito que seja, então essa abordagem heráldica pode enriquecer nossas interpretações sobre a crise instituída em Restinga Sêca. Note o leitor que o brasão é, ele próprio, um símbolo onde são expressos e condensados diferentes significados, realizando, por fim, a transmissão de mensagens. No caso aqui apresentado, as mensagens transmitidas são diretamente relacionadas à identidade social restinguense. O símbolo refere-se à história local, às riquezas naturais da região e às principais ocupações de seus habitantes, ocupações estas que representam os modos de vida ali existentes.

Nesse sentido, quando relacionamos a crise vivenciada por Restinga Sêca ao simbolismo de seu Brasão, percebemos, então, que a crise não afeta apenas a economia restinguense, mas também a própria identidade social do lugar.

³⁶ Cf. BARCELLOS FILHO & FRANCHESCHI: 1977; 05.

A crise da Fábrica de Móveis Gaudêncio surge como um forte golpe no setor industrial da região. Com a estiagem e a queda do preço dos produtos agrícolas, sobretudo do arroz, entra em colapso a agricultura. Esses dois infortúnios, quando somados, tem um reflexo imediato sobre o comércio restinguense, que se insere, assim, no cataclismo. Como a estiagem também prejudicou a pecuária e fez baixar o nível dos rios Jacuí e Vacacaí, percebe-se, pois, que os principais componentes da identidade social restinguense estavam abalados, gerando, desse modo, um verdadeiro contexto de aflição.

Para expressar os sentimentos vivenciados, os agricultores falavam de tristeza e falta de entusiasmo, mencionando, ainda, a incerteza com relação ao futuro, que surgia como uma grande incógnita em função tanto das condições climáticas quanto da desvalorização dos produtos agrícolas e do endividamento com os bancos. Essa segunda causa de incerteza, por sua vez, era apontada como mais grave, pois as pessoas que tinham condições de transformá-la não eram vistas como empenhadas nisso.

A importação do arroz que vinha do Uruguai e da Argentina soava como um desprestígio ao produtor brasileiro. Lembravam, então, a importância histórica da agropecuária na colonização do país e, repetidas vezes, recordavam uns aos outros que eram os produtos do campo que sustentavam, ano após ano, a favorável balança comercial brasileira. Mesmo assim, diziam, o Governo Federal não colaborava com os produtores, que sempre tinham que enfrentar altos encargos tributários e, além disso, ainda tinham que concorrer com as importações de grãos que, na versão local, eram muito menos taxados em seus países de origem, o que fazia necessária a intervenção do Governo brasileiro – seja no sentido de diminuir os impostos aqui cobrados, ou no de taxar o arroz importado – para que a competição não prejudicasse o arrozeiro nacional.

A própria importação desse arroz era apontada como um mal, na medida que a ela era atribuído um grande peso no mercado para a desvalorização do produto. Enquanto o Instituto Rio Grandense do Arroz³⁷ (IRGA) divulgava³⁸, na safra 2004/2005, o custo médio de R\$ 30,68 por saca de 50kg de arroz, os preços de mercado³⁹, na média do ano de 2004, ficaram em R\$ 26,68. Na safra 2005/2006, os

³⁷ Trata-se de uma autarquia do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. O instituto pesquisa novas tecnologias e técnicas para o cultivo do arroz e divulga seus resultados entre os produtores.

³⁸ Fonte: Resumo dos Itens de Custeio da Produção. IRGA / Secretaria da Agricultura e Abastecimento / Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Fevereiro de 2005.

³⁹ Fonte: Cooperativa Triticola Sepeense Ltda.

cálculos do IRGA indicavam⁴⁰ um custo médio de R\$ 28,28 por saca de arroz, enquanto o preço médio do produto⁴¹, no ano de 2005, ficou R\$ 17,72.

Esses dados me intrigaram, pois eu não concebia que, mesmo com prejuízos que atingiam mais de R\$ 10 por saca de arroz, os produtores continuassem a plantar. Quando eu expunha meu espanto, no entanto, meus interlocutores argumentavam que não podiam parar de plantar, pois havia o contrato com os bancos, o que implicava em continuar trabalhando nas lavouras para, assim, poder renegociar as dívidas.

Quando questionei sobre isso a Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais, Lacy Cabral, ela me respondeu que os produtores, em seus cálculos particulares, não contavam o seu próprio trabalho nem o de seus familiares; além disso, muitos reduziam os gastos adiando o máximo possível a manutenção do maquinário.

Em entrevista a um rizicultor, chamado Tadeu, quando falávamos da desvalorização do cereal, recebi um depoimento que muito me impressionou: “Antes eu comprava um trator com 1000 sacas de arroz. Hoje são necessárias mais de 5000 sacas!”. Isso significa que o agricultor aumentou sua produtividade para receber menos que antes, ou seja, investiu em tecnologia e, em alguns casos, aumentou a quantidade de trabalho, para receber uma quantia menor.

O que se pode concluir disso é que não era o preço do arroz que estava desvalorizado, mas sim o trabalho do agricultor e, portanto, ele próprio, que tinha perdido parte de seu valor.

Assim, vale ressaltar a presença de adesivos, colados nas vitrines das lojas de Restinga Sêca, onde era representado o mapa do Brasil cortado por uma faixa preta e, abaixo da figura, estava escrito: “O Campo está de luto!”.

A referência ao luto expressa sentimentos como tristeza, amargura e desgosto, todos originados pela perda de algo muito querido. Quem fala em luto, refere-se, conseqüentemente, à idéia de morte e, nesse caso, a mensagem que se transmitia era a de que, no Brasil, a agricultura estava morrendo.

Durante a crise, insinuou-se a instauração uma espécie de *communitas*⁴², onde os grandes produtores se uniram aos pequenos, e os patrões aos empregados, em

⁴⁰ Fonte: Resumo dos Itens de Custeio da Produção. IRGA / Secretaria da Agricultura e Abastecimento / Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Fevereiro de 2006.

⁴¹ Fonte: Cooperativa Triticola Sepeense Ltda.

⁴² Estado em que é estabelecida uma igualdade entre os indivíduos e em que todos buscam aquilo que é de interesse comum do grupo. Ver TURNER: 1974.

manifestações por mudanças nas políticas agrícolas. A suspensão dos conflitos locais⁴³ se realizava, então, para que fosse possível lutar por aquilo do qual todos dependiam: a agricultura.

A estiagem era responsável pelo agravamento da crise, mas os agricultores de Restinga Sêca apontavam o Governo Federal como o grande culpado por aquela situação. Desse modo, alguns se referiam ao Mercosul como “Merdosul”, e diziam que a agricultura brasileira estava enfrentando no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a mais temível praga de sua história.

Foto: Carlos Valpassos

Julho de 2006



Adesivo de protesto contra as políticas agrícolas adotadas pelo Governo Lula.

Desse modo, os problemas financeiros da Fábrica de Móveis Gaudêncio e a queda dos produtos agrícolas engendraram, em Restinga Sêca, um panorama de crise, cujas conseqüências foram agravadas pela estiagem. Nesse contexto, os produtores e trabalhadores rurais entendiam que a resolução de seus problemas só poderia vir através da intervenção governamental. Como as ações do Governo caminhavam numa direção que os agricultores entendiam como contrária à de seus interesses, então a responsabilidade da crise era atribuída aos governantes e, mais especificamente, ao mais poderoso de todos eles, o Presidente da República.

⁴³ Lembro aqui um interlocutor que disse ter ficado impressionado ao ver, unidas, pessoas que cotidianamente lutavam por objetivos opostos.

Bibliografia:

- BARCELLOS FILHO, João Rodrigues & FRANCHESCHI, Evaldo. **Maioridade de Restinga Seca – Restinga Seca Progride com Seu Povo**. Restinga Sêca, OPAL Ltda: 1977, 71p.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. **Ciclo Evolutivo das Lagunas Fluminenses**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura – Departamento Nacional de Produção Mineral – Divisão de Geologia e Mineralogia, Boletim nº 118. 1945, 48p.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Restinga**. Editora Lidador Ltda. Rio de Janeiro: 1974, 307p.
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. **Populações Meridionais do Brasil – Populações Rurais do Centro-Sul**. Editora Itatiaia / Editora da Universidade Federal Fluminense (EDUFF). Niterói: [1920] 1987, 284p..
- TURNER, Victor. **O Processo Ritual. Estrutura e Antiestrutura**. Ed. VOZES LTDA. Petrópolis. 1974, 248p.
- TURNER, Victor. **Social Dramas and Stories about Them**. In: Critical Inquiry. Vol. 1.n.01. Autumn. 1980, p. 137-164.
- TURNER, Victor. **The Anthropology of Performance**. In.: The Anthropology of Performance. PAJ Publications, New York. 1988, 72-98p.
- TURNER, Victor. **Schism and Continuity in na African Society – A Study of Ndembu Village Life**. Berg, Oxford-Washington. [1957] 1996, 348p.

Dicionários:

- Dicionário Eletrônico Houaiss. Versão de Dezembro de 2001.
- OLIVEIRA, Alberto Juvenal de. **Dicionário Gaúcho – Termos, Expressões, Adágios, Ditados e Outras Barbaridades**. AGE Editora. Porto Alegre: 2005. 277p.